

Lorena Melo Silva

De: Pacheco Anna (EGP Latin America) <Anna.Pacheco@enel.com>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 17:53
Para: consulta publica.portaria
Assunto: Contribuição Enel Green Power - Consulta Pública Margem de Escoamento
Anexos: Contribuição EGP - Consulta Pública Capacidade de Escoamento.pdf

Prezados

Segue para conhecimento a contribuição da Enel Green Power para consulta pública estabelecida na Portaria 172/16 referente a margem de escoamento.

Desde já agradeço a atenção.

Anna Paula Pacheco
Head of Regulatory Affairs



Enel Green Power Brazil and Uruguay
24210-205 Niterói – Rio de Janeiro
Pça Leoni Ramos, 1 – Bloco 2 - 5º andar
T +55 21 2206-5613
M +55 21 99712-3007
F +55 21 2206-5600
anna.pacheco@enel.com

This message is intended for the following use only: PUBLIC - INTERNAL USE - CONFIDENTIAL (HIGHLY CONFIDENTIAL) - RESTRICTED

This e-mail is confidential and may well also contain privileged information property of Enel Green Power SpA. If you have received it in error, you are on notice of its status. Please notify us immediately by reply e-mail and then delete this message from your system. Please do not copy it or use it for any purposes, or disclose its contents to any other person, unless authorised by Enel Green Power SpA. Any misuse could be a breach of confidence.

FICHA PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA

NOME DA INSTITUIÇÃO: Enel Green Power

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

ATO REGULATÓRIO: Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016.

EMENTA: Diretrizes gerais para definição de capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

TEXTO/MME	TEXTO/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
<p>Art. 5º (...)</p> <p>III - as Usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo de cadastramento dos Leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos:</p> <p>a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT, para o acesso à Rede Básica; ou</p> <p>b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição - CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p>	<p>Art 5º(...)</p> <p>III - as Usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado presente, até o prazo de cadastramento dos Leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos documento:</p> <p>a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT, para o acesso à Rede Básica; ou</p> <p>b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição - CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p> <p>a) Outorga de Autorização;</p> <p>b) Comprovante de Solicitação de Parecer de Acesso;</p>	<p>A regra de consideração de empreendimentos de geração contratados em leilões regulados ao considerar início do suprimento do mercado regulado pode estar desconsiderando antecipação permitida em Edital e CCEAR/CER. Vale ressaltar que a regulamentação não obriga o gerador a alterar o cronograma da outorga para pode antecipar sua usina, bastando o mesmo considerar sua antecipação no âmbito da solicitação de acesso. As antecipações permitidas e consideradas por alguns empreendimentos acabam por garantir a modicidade tarifária para o mercado regulado, sendo assim, em prol da estabilidade regulatória é importante não violar a estruturação financeira de usinas vencedoras em leilões anteriores, em especial do tipo A-5.</p>

	<p>§ 1º Para as usinas de II e III que tenham protocolado a solicitação de acesso, será considerada para fins de configuração a data de entrada em operação e potência da usina informada no âmbito do pedido de acesso junto ao ONS.</p>	<p>A proposta de utilizar as informações de potência e data de sincronização solicitada para o acesso do empreendimento a rede básica nos parece mais adequado, uma vez que pode estar sendo desconsiderando usinas que alteram a potência instalada para mais ou para menos e que ainda não possuem a outorga revisada, pois as mesmas podem estar em todo o trâmite de aprovação que em média demora quase 1 ano.</p> <p>Em relação à consideração de usinas do ACL, a regra proposta na consulta pública não é isonômica entre usinas no ACR e ACL, uma vez que os prazos regulamentares de emissão do parecer de acesso é de 1 ano, e, posteriormente, para a assinatura do CUST e CCT é de até 90 dias. Desta forma, atualmente o CUST e o CCT são obtidos praticamente próximos a entrada em operação das usinas, em especial usinas de Reserva, A-3 e LFA.</p> <p>Isto poderá ocasionar uma instabilidade regulatória e imprevisibilidade de conexão para novos empreendimentos, ou até mesmo ter empreendimentos prontos sem possibilidade de escoar sua energia.</p> <p>Neste contexto, importante citar o exemplo</p>
--	---	---

das usinas pertencentes a Enel Green Power: Centrais Eólicas Ventos do São Mário, Ventos do São Paulo, Ventos da Santa Esperança e Ventos da Santa Dulce vencedoras do Leilão A-5/2015, com CCEAR com início de suprimento em 01/01/2019 e as Centrais Eólicas Boa Vista da Lagoinha Ventos de Santo Abraão usinas com Outorgas não vencedoras de leilão regulado, ou seja, ACL. Todas essas usinas compõem o chamado "Complexo Eólico Morro do Chapéu Sul", com conexão na Subestação Morro do Chapéu".

Em dezembro/2015, a EGP protocolou solicitação de parecer de acesso para todas estas usinas do Complexo Eólico Morro do Chapéu Sul, considerando uma antecipação de operação para janeiro/2018, frente ao início de suprimento do CCEAR de janeiro/2019.

Portanto, para o 2º/LER/2016, estas usinas do ACR e ACL de Morro do Chapéu Sul devem ser consideradas com a potência final e com entrada em operação para janeiro/2018.

Em face disto, é de suma importância que para o cálculo de margem de escoamento não viole a estabilidade regulatória,

		<p>considerando adequadamente as datas de operação e suas potências instaladas finais das usinas que anteciparam sua entrada de operação frente ao CCEAR ou CER, e aquelas usinas que se encontram no ACL em processo de emissão de parecer de acesso.</p>
--	--	--